

GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais**A DINÂMICA DA FORMAÇÃO NAS LIGAS CAMPONESAS ENTRE 1960 E 1964, A PARTIR DA CARTILHA DO CAMPONÊS E DO DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!”**

Reginaldo José da Silva (UFPE)

1 INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1955 e 1964, o Nordeste brasileiro, especialmente o estado de Pernambuco, tornou-se uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, principalmente devido ao surgimento das Ligas Camponesas, que se originaram no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, um município situado no limite entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano.

Quando as Ligas surgiram, Galiléia era um engenho de “fogo morto”, chamado assim pelo fato de ter parado de produzir açúcar. Ali viviam 140 famílias que pagavam um aluguel anual, chamado de “foro”, ao proprietário Oscar Beltrão. O foro era a principal condição para aquelas famílias morarem e plantarem nas terras do engenho.

No ano de 1955, os foreiros de Galiléia criaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), uma associação com finalidades beneficentes, que incluía a instituição de uma caixa de auxílio comum para financiar funerais, a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para ajuda médica e jurídica. Oscar Beltrão, em princípio, concordou com a criação da associação, aceitando, inclusive, o convite dos foreiros para ser o presidente de honra da instituição. Porém, mudou completamente de ideia quando ouviu a opinião de seu filho e de outros proprietários da região, que afirmavam ser aquela associação uma estratégia para levar o comunismo aos trabalhadores e tomar as terras do engenho. O proprietário exigiu a imediata dissolução da SAPPP e recebeu a reação dos foreiros, que não

cumpriram a exigência e foram, em seguida, ameaçados de expulsão. Assim, começou a mobilização que veio originar o movimento (AZEVEDO, 1982, p. 59-61).

Apoiada pelo deputado estadual e advogado Francisco Julião – que representou aqueles trabalhadores na longa disputa judicial entre eles e o proprietário do engenho e, posteriormente, tornou-se o presidente nacional do movimento – a luta dos foreiros de Galiléia ganhou destaque nas páginas policiais da imprensa pernambucana da época, que passou a denominar a SAPPP de “Liga Camponesa da Galiléia”, associando a entidade às Ligas Camponesas do Partido Comunista Brasileiro, que se desenvolveram no Nordeste na década de 1940, e incluindo as notícias sobre o movimento na propaganda anticomunista de então (AZEVEDO, 1982, p. 59).

Em 1959, a luta dos foreiros de Galiléia resultou na desapropriação do engenho, consolidando, assim, a primeira vitória do movimento, que assimilou o nome que lhe fora dado pela imprensa, “Ligas Camponesas”, e se espalhou pelo país. Em 1964, imediatamente após o golpe que derrubou o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura militar no Brasil, as Ligas foram extintas.

Quem estuda as Ligas Camponesas encontra muitas pesquisas, memórias, registros e reportagens sobre a história e as propostas políticas do movimento. Contudo, há um aspecto das Ligas que foi pouco explorado até então: o seu caráter educativo. Sobre este assunto, é mais comum encontrar fragmentos espalhados pela literatura. Antonio Callado (1980, p. 216), por exemplo, fala de Maria Celeste Vidal, uma professora do município de Vitória de Santo Antão que atuava na Liga Camponesa do Engenho Galiléia realizando atividades de formação política. O mesmo autor também afirma que, por meio da ação da referida Liga, as mulheres do Engenho Galiléia aprendiam a fazer bolsas e cestos de bananeira, bambu e cipó e os rapazes aprendiam a ler (CALLADO, 1980, p. 66). Santiago (2001, p. 34) cita as cartilhas e documentos que Julião escrevia com a finalidade de promover uma formação entre os camponeses das Ligas. Contudo, nenhum desses autores trazem aprofundamentos sobre as ações formativas presentes no movimento.

Na Universidade Federal da Paraíba, há duas pesquisas que tratam sobre o processo educativo desenvolvido pelas Ligas Camponesas daquele estado. São elas: “Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos assentamentos rurais”, de Antonio Alberto Pereira, uma tese de doutorado defendida em 2008 e publicada pela Ideia Editora em 2009, e “As Práticas Educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 – 1964)”, de Wilson José Félix Xavier, uma dissertação defendida em 2010. As

duas pesquisas utilizam a metodologia da História Oral, fazendo diálogos entre entrevistas com ex-integrantes do movimento e outras fontes, como jornais e documentos oficiais.

O que se pode constatar, portanto, é que as pesquisas sobre o caráter educativo das Ligas ainda são poucas e localizadas.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa, ainda em andamento, que será apresentada como dissertação ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e que tem por objetivo analisar a dinâmica da formação dos camponeses das Ligas, entre 1960 e 1964, a partir dos conteúdos presentes na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!”.

A pesquisa nasceu da intenção de contribuir com os debates e reflexões já existentes sobre o caráter educativo das Ligas. No início, objetivávamos analisar as práticas educativas da primeira Liga Camponesa, a Liga de Galiléia. Contudo, ao levantar a documentação e começar a fazer as primeiras suposições, percebemos que não tínhamos dados suficientes para cumprir tal objetivo. Como diz Bardin (2009, p. 96), o objetivo de uma pesquisa “só é possível em função dos documentos disponíveis”. Mas, entre os documentos levantados, encontravam-se dois textos que foram escritos por Francisco Julião com a finalidade de promover uma formação política entre os camponeses das Ligas no contexto da década de 1960, quando o movimento se tornou nacionalmente conhecido e amadureceu seus posicionamentos políticos e ideológicos. Esses textos são a Cartilha do Camponês, publicada em 1960, e o documento “Bença, Mãe!”, publicado em 1963 no jornal “A Liga” e lido publicamente na Praça General Dantas Barreto, em Recife, no dia 2 de janeiro de 1964, num ato em comemoração ao 5º ano da Revolução Cubana. Realizando a pré-análise desses textos, percebemos que os seus conteúdos apresentam uma dinâmica no processo formativo desenvolvido entre os camponeses das Ligas, que se relaciona diretamente com os momentos de mudança pelos quais o movimento passou em meio às tensões políticas e sociais ocorridas no Brasil entre 1960 e 1964. Diante desses dados, perguntamo-nos: como foi essa dinâmica ocorrida no processo formativo dos camponeses das Ligas entre 1960 e 1964? Como ela é identificada na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!”?

Como já dito, a referida pesquisa ainda está em andamento. Desta forma, este artigo não trará suas conclusões finais, mas parciais, buscando contribuir com o debate acerca dos processos educativos existentes nas Ligas Camponesas.

Iniciaremos teorizando sobre a relação entre educação não formal e movimentos sociais para, em seguida, apresentar as Ligas como um espaço educativo, partindo da compreensão da educação como um fenômeno que ocorre como resultado de relações e

intencionalidades que não se restringem ao espaço escolar. Depois, apresentaremos uma análise geral dos conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”.

Entendemos que só é possível analisar a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” como instrumentos educativos das Ligas se compreendermos que este movimento foi também um lugar de educação. Para tanto, precisaremos considerar a educação como um fenômeno que não está restrito ao espaço escolar. Assim, utilizaremos o conceito de educação não formal trabalhado por Maria da Glória Gohn para caracterizar o fenômeno educativo mais presente nas Ligas. Por este conceito, abordaremos a presença da educação nos aprendizados construídos “nas ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais” (GOHN, 2011, p. 108).

Também fundamentados em Gohn, discutiremos o caráter educativo dos movimentos sociais. Para a autora, “há um elemento, um fator, de ordem educacional, na temática da participação social por meio dos movimentos sociais. (...) Esse fator altera a visão de mundo e a cultura política dos envolvidos” (GOHN, 2012, p. 7).

Trabalharemos também com Fernando Antonio Azevedo e Elide Rugai Bastos, que tiveram as suas dissertações sobre as Ligas publicadas em livro, na década de 1980. O livro de Azevedo, sob o título “As Ligas Camponesas”, publicado em 1982 pela Paz e Terra, foi resultado de uma dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do PIMES (Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco). Já o livro de Bastos, fruto de uma dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, publicado pela Vozes em 1984 também sob o título “As Ligas Camponesas”, discute o projeto político do movimento no contexto de disputa por poder que teve lugar nos anos de 1950 e 1960. Ambos trazem uma análise sobre as Ligas como uma das formas de organização política do campesinato brasileiro no momento de expansão do capitalismo no campo. Para a nossa finalidade neste artigo, essas análises nos ajudarão a compreender a estrutura orgânica do movimento, a sua periodização, os seus instrumentos de mobilização, o seu contexto e as suas mudanças políticas e ideológicas.

Por se tratar de um artigo que se refere a uma pesquisa historiográfica com base documental, a análise tomará por base fontes produzidas na época em que o movimento estava em atuação e outras construídas nos anos que se seguiram à extinção das Ligas. A própria Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!”, bem como os já citados livros de Antonio Callado, “Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco” e “Tempo de Arraes”, constituem as fontes produzidas na época do movimento. Já as fontes escritas após o

fechamento das Ligas serão as memórias de líderes e colaboradores do movimento, como as de Francisco Julião, registradas no livro “Cambão” e em um depoimento que ele deu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Clodomir Santos de Moraes, registradas no livro “História das Ligas Camponesas do Brasil”, e Paulo Cavalcanti, registradas na obra “O Caso Eu Conto como o Caso Foi”.

2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para falar da existência de um caráter educativo nas Ligas Camponesas é necessário partir de dois pressupostos: primeiro, que a educação é um fenômeno que não se realiza apenas no espaço escolar; segundo, que os movimentos sociais também educam.

Gohn (2010, p. 15-21), relaciona e conceitua três tipos de educação: formal, informal e não formal. A educação formal é aquela cujo conteúdo é previamente regulamentado por lei e que se desenvolve nas escolas, instituições organizadas segundo diretrizes nacionais e que têm os professores como educadores. A educação informal é o tipo de educação em que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, ou seja, nas relações com os familiares, amigos, vizinhos, colegas de escola, igreja paroquial etc. A educação não formal é aquela que acontece por meio de processos intencionais de interatividade e compartilhamento de experiências, em espaços coletivos e tendo como educador “o outro”, aquele com quem se interage, mesmo que haja a presença do educador social.

Assim como a educação formal, a educação não formal tem intencionalidades. Segundo Gohn (2010, p. 34), a principal intencionalidade dessa educação é “formar para a cidadania”. Trata-se de um tipo de educação ocorrido fora do ambiente escolar, mas que é planejado, visando o alcance de objetivos (SOUZA, 2006, p. 129). Aliás, só devemos definir um processo como educativo se ele for intencional. Paviani (1991, p. 31) nos lembra que “a ação, quando qualificada como educativa, já assume uma direção”. Todo planejamento educacional é construído para atingir fins.

Considerando a educação como um fenômeno que não está restrito à escola, podemos dizer que os movimentos sociais são também lugares de educação. Neles se desenvolvem processos, principalmente, de educação não formal, que objetivam construir saberes e práticas que contribuem para os indivíduos conhecerem seus direitos como cidadãos, elaborarem uma compreensão acerca do que se passa ao seu redor e se organizarem para buscar a solução de problemas coletivos e a emancipação. Essa construção de

conhecimentos e práticas nasce a partir da convivência, da interação e das experiências dos indivíduos entre si e com a sua realidade (GOHN, 2012, p. 21-24).

A prática cotidiana dos movimentos sociais contribui para que as relações eduquem tanto os seus participantes quanto os executores das políticas públicas. Os integrantes do movimento aprendem a lutar por sua cidadania, a partir de contatos e convivências com os próprios companheiros, com fontes de exercício do poder (governadores, prefeitos, deputados, vereadores, juízes etc.), com líderes, assessores e educadores do movimento, com práticas coletivas e com o problema a ser enfrentado. Os agentes governamentais aprendem a reorientar a política para atender as demandas apresentadas pelos movimentos, a partir das pressões que vêm de sua ação reivindicatória. Contudo, vale salientar que os efeitos educativos das práticas dos movimentos sociais nos executores de políticas públicas podem cumprir objetivos opostos aos das classes populares. Os governantes, ao conhecerem as aspirações populares, podem fazer uso das mesmas para beneficiar as classes dominantes ou sustentarem um regime autoritário (GOHN, 2012, p. 58-59).

A educação sempre acontece onde “há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender” (BRANDÃO, 1982, p. 24), independentemente de se estar ou não no espaço escolar. É nesta perspectiva que analisaremos as Ligas Camponesas como um espaço educativo.

3 AS LIGAS CAMPONESAS COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO

Quando nasceu a primeira Liga Camponesa do Brasil, não com este nome, mas como Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, havia uma preocupação, entre os seus fundadores, para que a associação conseguisse meios para promover a alfabetização das crianças que viviam nas terras do engenho. A carta dirigida pela diretoria da SAPPP ao proprietário do Engenho Galiléia, Oscar Beltrão, convidando-o para ser o presidente de honra da associação, fala do estabelecimento de uma escola¹.

A informação indica o interesse da Liga de Galiléia pela educação formal das crianças do engenho, naquele período em que o analfabetismo chegava a exceder 80% na zona rural (PAGE, 1972, p. 33). Contudo, quatro anos após a sua fundação, a Liga ainda não tinha conseguido atingir esse objetivo. Em 1959, Antonio Callado constatou que não havia

¹ Carta ao Sr. Oscar Beltrão. Prontuário da Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão. SSP-PE nº 29.709. Doc. Nº 41. Dops-PE, Acervo APEJE

escola em Galiléia. Numa de suas reportagens sobre as Ligas, o jornalista afirma: “No Engenho Galiléia não há uma escola para um quase meio milheiro de crianças... O resultado é que a escola fica a duas léguas do Galiléia” (CALLADO, 1960, p. 40).

Já as Ligas Camponesas da Paraíba, por meio da atuação de sua federação, conseguiram vivenciar uma experiência mais ampla no campo da alfabetização de camponeses. Na década de 1960, com o apoio da CEPLAR (Campanha de Educação Popular), que utilizava o Método Paulo Freire para alfabetizar as populações pobres, criaram salas de alfabetização e formaram filhas de camponeses para atuarem como professoras de alfabetização (XAVIER, 2010, p. 16; SOUZA, 1996, p. 116).

Mas, não são apenas os registros da tentativa de Galiléia e da experiência de Sapé com a alfabetização que mostram as Ligas como um espaço de educação. Ainda que de forma fragmentada, a literatura sobre o movimento fala de pessoas que atuavam como educadores, fomentando processos educativos não formais, a exemplo de Maria Celeste Vidal, entre as Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão (CALLADO, 1980, p. 68; ABREU E LIMA, 2005, p. 71), e Ophélia Amorim, da Liga de Campina Grande (XAVIER, 2010, p. 13). Alguns líderes das Ligas eram reconhecidos não só como organizadores ou mobilizadores, mas também como educadores. João Pedro Teixeira, Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), que eram líderes na Liga de Sapé, recebiam este reconhecimento (XAVIER, 2010, p. 59). O próprio Julião era visto como alguém que, com sua atuação, ensinava aos camponeses (SOUZA, 1996, p.37).

O conteúdo educativo das Ligas se fazia presente nas falas dos seus líderes ou de pessoas que se integravam a elas para cumprir a função de formadores, mas se revelava também nas reuniões entre os camponeses, onde as relações transformavam todos em educadores e educandos:

Muitos deles, analfabetos, mas possuidores de senso prático, usavam a palavra, naqueles encontros, apresentando opiniões sobre a situação e o que esperavam do futuro. Ensinavam muitas verdades, transmitiam conhecimentos acumulados e, muitas vezes, revelavam raciocínio superior. Aprendia-se muito com eles! (SOUZA, 1996, p. 34).

As reuniões, comícios, concentrações, assembléias e, até mesmo, encontros clandestinos e secretos, que eram realizados para evitar represálias dos latifundiários, constituíam-se espaços de construção de saberes (XAVIER, 2010, p. 62). Nesses encontros, os saberes eram construídos também com o auxílio de alguns instrumentos escolhidos ou escritos para cumprirem finalidades pedagógicas dentro do movimento.

No papel de liderança e também educativo que Francisco Julião exerceu no movimento, os instrumentos mais utilizados por ele eram a Bíblia, o Código Civil, a poesia popular, as cartilhas e os documentos orientadores:

Eu utilizava o Código Civil, a Bíblia e a literatura de cordel, os cantadores. Toda essa coisa eu fui descobrindo que era interessante para motivar os camponeses. A própria linguagem que eu usava era uma linguagem muito acessível, porque vinha dos camponeses, e eu a traduzia em documentos. (JULIÃO, 1977, p. 62).

Julião considerava a Bíblia e o Código Civil como fontes importantíssimas para se extrair conceitos e temas que tocavam em diversas questões relacionadas à situação de opressão e exclusão dos camponeses. Os conteúdos extraídos dessas fontes eram utilizados em suas palestras, discursos e textos dirigidos aos camponeses.

Conhecendo melhor o Código Civil, os camponeses ganhavam mais força para se recusar, por exemplo, a pagar o cambão, que era um dia de trabalho gratuito que o foreiro era obrigado a dar anualmente ao dono da propriedade onde morava. Eles aprendiam que, perante o Código Civil, o cambão era uma prática de trabalho escravo. Foi também o conhecimento do Código Civil que ajudou muitos camponeses a levar latifundiários ao tribunal. Mesmo que perdessem a causa, o fato de levar o latifundiário ao tribunal já era considerado uma vitória, pois o mais comum era o latifundiário mandar matar ou prender o camponês que reagisse a qualquer opressão sua (JULIÃO, 2009, p. 141). O camponês, que era constantemente ensinado a ver a lei apenas a serviço do grande proprietário de terras, passava a entender que podia usá-la para se defender (BASTOS, 1984, p. 68).

Já a Bíblia começou a ser utilizada por Julião a partir de sua crítica às relações amistosas entre a Igreja Católica e os latifundiários. Bastos (1984, p. 70) diz que Julião criticava essa união por entender que ela ensinava aos camponeses “o catecismo da acomodação”. A Bíblia, então, era citada numa outra perspectiva, com outro caráter educativo.

Os protestantes foram os grandes aliados de Julião na tarefa de utilizar a Bíblia como um instrumento educativo e de mobilização. Nos comícios e demais encontros das Ligas, Julião dava espaço para que utilizassem a Bíblia para falar do direito à terra e contra as opressões. Eles costumavam utilizar textos do Antigo Testamento, especialmente dos profetas, por considerarem que estes eram “mais ligados à terra”, “mais radicais” e “mais consequentes na luta pela terra” (JULIÃO, 1982, p. 93-94).

A poesia popular foi outro instrumento educativo utilizado pelo movimento. Bastos (1984, p. 68-69) lembra que, sendo a maioria da população camponesa analfabeta, os violeiros, cantadores e folhetinistas ou cordelistas desempenhavam um papel fundamental na manutenção de elementos da cultura e história do campo, por meio da tradição oral. Esses poetas populares estavam sempre presentes nas feiras e festas do interior do Nordeste. Percebendo a importância deles, Julião convidou alguns para participarem das Ligas, incentivando-os a compor versos que tratassem dos temas da exclusão dos camponeses e da reforma agrária.

Em dezembro de 1959, Antonio Callado escreveu um artigo para a Revista Senhor, enfocando a presença dos poetas populares nas Ligas, sobretudo a partir do que viu na Liga de Galiléia. O artigo, intitulado “Trovadores Bossa Nova”, está publicado integralmente no livro “Os Industriais da Sêca e os ‘Galileus’ Pernambucanos”, onde Callado reúne as reportagens que fez para o Correio da Manhã sobre as Ligas Camponesas e o Nordeste, e que serviram também para a elaboração do referido artigo. O jornalista ressalta o poder educativo que os poetas populares exerciam sobre os camponeses:

O caboclo, que se liberta por suas próprias mãos, quer, como qualquer revoltoso que se apossa do poder, educar-se. Como não sabe ler, se educa pelo ouvido. Os trovadores populares, os autores do A, B, C têm de alimentar essa nova sêde de saber matada ao som do violão (sic). (CALLADO, 1960, p. 116).

As cartilhas e documentos orientadores eram outros instrumentos com forte conteúdo educativo. Julião os escreveu com o objetivo de produzir conhecimentos que contribuíssem para a organização e mobilização dos camponeses. Nestes textos, foram abordados temas como reforma agrária, voto do camponês, sindicalização rural, eleições, luta armada etc. Santiago (2001, p. 34) cita o Guia do Camponês, o ABC do Camponês, o Recado do Camponês e a Cartilha do Camponês. Julião (2009, p. 215-216) cita estes e mais dois: Carta de Alforria do Camponês e “Bença, Mãe!”. Estas cartilhas e documentos tinham caráter educativo, pois eram textos produzidos com a intenção de ensinar, orientar e informar (SANTIAGO, 2001, p. 34).

Como já dito na introdução deste artigo, os dois textos formativos escolhidos para serem analisados em nossa pesquisa são a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!”, ambos escritos por Julião para a formação dos camponeses das Ligas. Eles não apenas contribuem para entendermos as Ligas como um lugar de educação, mas apresentam a

dinâmica de um conteúdo formativo que se transformou na medida em que o movimento foi assimilando novas posturas políticas e novos contornos ideológicos.

4 O CONTEÚDO DA CARTILHA DO CAMPONÊS

Escrita por Julião e publicada em 1960, permeada por uma linguagem repleta de termos e imagens muito próximas do contexto rural, a Cartilha do Camponês é dividida em nove parágrafos. Vale salientar que Julião não dividia os seus textos formativos por capítulos e subcapítulos. As divisões eram feitas a partir de números colocados em cada parágrafo. Na referida cartilha, os temas abordados são variados, sendo que alguns são mais recorrentes ao longo do texto, indicando a centralidade que, provavelmente, o autor objetivou lhes dar.

Segundo Laville & Dionne (1999, p. 216, 217), o recorte dos conteúdos é uma das primeiras tarefas que um pesquisador precisa fazer diante de um documento. Este recorte pode ser feito por estruturas sintáticas (palavras ou expressões, frases ou orações) ou por temas. Por uma questão de espaço, não teremos condições de apresentar um recorte de conteúdos minucioso, mas nos basearemos numa análise geral da Cartilha do Camponês, objetivando uma visão panorâmica sobre a mesma.

Uma visão geral sobre o conteúdo da Cartilha do Camponês nos ajuda a perceber que, na época de sua publicação, as Ligas ainda não tinham assumido o radicalismo que a afastou do PCB e assustou as forças conservadoras do país. A ideia de que a reforma agrária poderia vir pelo voto, a campanha pela eleição de Lott, que inclusive era contrário à Revolução Cubana (AZEVEDO, 1982, p. 78), e a orientação para a resolução dos conflitos com os latifundiários por meio de recursos jurídicos (JULIÃO, 1960, p. 8), mostram atitudes não radicais do movimento. Porém, lendo as primeiras linhas da cartilha, é possível notar que o processo de radicalização já havia se iniciado:

Depois do GUIA, do ABC e do RECADO, eu te mando, camponês, esta CARTILHA. Tenho uma boa notícia para te dar. Teu inimigo cruel – o latifúndio – não anda bem de vida. E eu te garanto que a moléstia é grave. Não há remédio para êle. Morrerá espumando de raiva como um cão danado. Ou como um leão velho que perdeu as garras. Morrerá como morreu na China, um país muito parecido com o nosso Brasil. Morrerá como foi morto em Cuba onde o grande Fidel Castro entregou a cada camponês um fuzil e disse: “Democracia é o govêrno que arma o povo” (sic). (JULIÃO, 1960, p. 3).

A influência das revoluções cubana e chinesa também é perceptível no conteúdo da cartilha. Observando a citação acima e as referências às duas revoluções, presentes em cinco

parágrafos (1, 2, 3, 4 e 9), vemos essa influência. Contudo, foi a experiência cubana que mais influenciou o movimento. Aproximando-se de Fidel Castro e do governo de Cuba, Julião contribuiu para reelaborar a concepção do movimento sobre a revolução brasileira, negando o seu caráter pacífico e a viabilidade política de conquistarem reformas estruturais sem um confronto direto com industriais e latifundiários, incorporando também a teoria da guerra de guerrilhas inspirada na Revolução Cubana (AZEVEDO, 1982, p. 92). Segundo Clodomir Santos de Moraes, que foi um dos formadores de quadros guerrilheiros nas Ligas, os planos do movimento para investir na formação de focos de guerrilha nasceram após a invasão da Baía dos Porcos, que ocorreu em abril de 1961 (MORAIS, 2012, p. 51).

Em um depoimento de 1977, cedido ao CPDOC, Julião afirma que não incentivava a formação de guerrilhas no Brasil e tentou evitar a criação de dispositivos militares nas Ligas (JULIÃO, 1982, p. 112, 113). Em suas memórias, Paulo Cavalcanti, que, como líder comunista, criticou a radicalização das Ligas, reconheceu que muito do que aconteceu na formação de quadros guerrilheiros nas Ligas se deu sem a aprovação de Julião (CAVALCANTI, 1980, p. 31). Porém, não se deve minimizar a participação de Julião no incentivo à preparação de quadros das Ligas para a luta armada. Conforme escreveram Moraes (2012, p. 52), Azevedo (1982, p.94) e Bastos (1984, p. 101), o presidente nacional do movimento era a favor da formação de guerrilheiros nas Ligas e até disputou o controle do dispositivo militar, quando as lideranças se dividiram sobre a condução desse setor.

A Cartilha do Camponês não traz orientações sobre a luta armada ou formação de guerrilhas, pois, como já dissemos, ela foi escrita num momento em que as Ligas ainda não tinham assumido, por completo, uma postura radical. Porém, nas últimas linhas do trecho acima citado, encontramos uma breve referência positiva à luta armada que resultou na vitória da Revolução Cubana, indicando-nos que o conteúdo da cartilha se direcionava para uma formação dos camponeses que ainda evitava a radicalização, mas que já a tinha como possibilidade.

Outro aspecto que podemos visualizar numa visão geral sobre a Cartilha do Camponês é a importância dada ao tema da união dos camponeses, que aparece em seis parágrafos do texto (2, 4, 5, 6, 7 e 9). Em seu livro “Cambão”, escrito no final da década de 1960, mas só publicado no Brasil em 2009, Julião afirma que um dos objetivos das Ligas era unificar as massas camponesas (JULIÃO, 2009, p. 125). Na Cartilha do Camponês, ele descreve a união como a força que acabou com o latifúndio e a miséria dos camponeses em Cuba e na China e que poderia fazer o mesmo no Brasil (JULIÃO, 1960, p. 4).

O uso de termos típicos do cristianismo, de personagens bíblicos e de assuntos que tocam no tema da religiosidade é também algo bastante presente na Cartilha do Camponês. Como já dito anteriormente neste artigo, Julião utilizava a Bíblia e imagens do universo religioso cristão como instrumentos formativos.

Os parágrafos 1, 2, 3 e 6 da cartilha fazem referências à Bíblia e ao cristianismo para fundamentar ideias e provocar os camponeses à mobilização. O parágrafo 6 é o que mais registra termos e imagens da Bíblia e da religião cristã. Logo nas primeiras linhas do referido parágrafo, os camponeses são orientados a não ficarem de braços cruzados esperando a reforma agrária, pois “já não acontece o milagre como no tempo de Moisés, que tocava na rocha e a água nascia, ou no tempo de Jesus, que de um pão e de um peixe fazia muitos pães e muitos peixes”. Citando a Bíblia, Julião diz que todos precisam buscar “o pão de cada dia”, com o “suor do próprio rosto”. E afirma: “Se não há mais milagre porque Moisés se foi e, depois dele, o Cristo, tu podes, camponês, mesmo crucificado à terra como um escravo, alcançar tudo o que quiseres, sem depender de milagre”. A união seria o caminho para o camponês alcançar sua libertação sem esperar por milagres (JULIÃO, 1960, p. 7-8).

Ainda no parágrafo 6, Julião afirma que uma das estratégias dos latifundiários para desmobilizar os camponeses é o uso do nome de Deus para amedrontar os que se unem para vencer as opressões do latifúndio:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra Êle. Se um é rico e o outro é pobre, se um tem terra e o outro não tem, se um deve botar a enxada nas costas para dar o ‘cambão’ e o outro se mantém ou enriquece com o fruto dêsse cambão, se um mora no palácio e o outro no mocambo, é porque Deus quer. Quem se rebelar contra isso está contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre, vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem quer”. Assim fala o latifundiário, camponês. Usa o nome de Deus para te fazer mêdo. Porque tu crês em Deus (sic). (JULIÃO, 1960, p. 9).

Após fazer esse alerta, o autor sentencia: “Mas êsse Deus do latifundiário não é o teu Deus. O teu Deus é manso como um cordeiro. Chama-se Jesus Cristo (sic)”. Daí em diante, Julião evoca o envolvimento de Jesus com os pobres, que seriam “pescadores, camponêses e operários (sic)”, e cita a passagem bíblica em que ele afirma que é mais fácil um camelo passar por um fundo de uma agulha do que um rico se salvar. Segundo o autor, foi por essa prática e por essas palavras que Jesus “foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo”. E, se estivesse vivo no tempo presente dos leitores da cartilha, seria fuzilado, asilado entre loucos ou preso como comunista (JULIÃO, 1960, p. 9).

No trecho citado acima, nota-se que Julião fazia uma interpretação da Bíblia que procurava aproximar ao máximo as experiências dos personagens bíblicos à experiência dos camponeses. Era uma hermenêutica livre, que, por exemplo, não se preocupava em dizer que Jesus se relacionava com “operários”, mesmo que a categoria “operário” não existisse no século I, ou que ele foi morto pelos “latifundiários do seu tempo”, mesmo que o termo “latifundiário” não fosse usado para definir os grandes proprietários de terra da Palestina daquela época.

Outro assunto presente na Cartilha do Camponês é o da eleição para presidente da República. Julião dá orientações, em dois parágrafos da cartilha, sobre como os camponeses deveriam proceder nessa eleição, que ocorreu em 1960.

O Marechal Henrique Teixeira Lott, líder do movimento militar que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek (JK) à Presidência da República, em 1955, e Ministro da Guerra deste presidente, foi lançado pelo PSD (Partido Social Democrático) como candidato a presidente nas eleições de 1960, tendo João Goulart (Jango), do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), como vice da chapa. A coligação PSD/PTB, que foi vitoriosa em 1955, com a eleição de JK para a Presidência e Jango para a Vice-Presidência, foi apoiada, em 1960, pelo PCB, que, por sua vez, atraiu o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, que era composta por parlamentares progressistas de vários partidos, e de movimentos e organizações de esquerda, como as Ligas (CARLONI, 2010, p. 194).

Politicamente, Lott tinha alguns posicionamentos com os quais o PCB não concordava, como, por exemplo, a oposição às relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética e as críticas à Revolução Cubana. Porém, o partido o via como um nacionalista, herdeiro do legado de Getúlio Vargas, e decidiu apoiá-lo baseado na estratégia de promover a revolução brasileira de forma pacífica, ampliando as liberdades democráticas e as reformas de base (CARLONI, 2010, p. 201).

No parágrafo 5 da Cartilha do Camponês, Julião faz uma defesa do voto do analfabeto, afirmando que, sendo os camponeses analfabetos em sua maioria, o acesso deles a esse direito enfraquecerá latifúndio e fortalecerá a reforma agrária, tendo em vista que a classe votará em candidatos que estejam aliados aos seus interesses. Após esta argumentação, o autor apresenta Lott como o candidato à Presidência da República favorável ao voto do analfabeto. O registro desse apoio é fruto da relação ainda amistosa entre as Ligas e o PCB (JULIÃO, 1960, p. 7).

As referências ao apoio de Lott ao voto do analfabeto e à reforma agrária têm a ver com o seu discurso, que, segundo Carloni (2010, p. 195), “o aproximava das esquerdas

políticas ao, por exemplo, defender de forma intransigente o monopólio da Petrobrás, a reforma agrária e o voto do analfabeto – questões polêmicas no debate político da época”.

A eleição de Lott é retomada na conclusão da cartilha, no parágrafo 9. Aqui, aparece também o nome de Jango, o candidato a vice-presidente na chapa da coligação PSD/PTB. Neste trecho, Julião apresenta Lott e Jango como herdeiros de Vargas. E Vargas, por sua vez, é apresentado como aquele que deu os primeiros passos para a sindicalização rural, mas que não conseguiu completar o processo por ter sido “abatido”. Sobre Jango, é dito que ele possui “a carta de Vargas”, apontando o caminho para a reforma agrária e o fim do latifúndio. Já Lott teria “a espada de Floriano”, que “garante a liberdade” (JULIÃO, 1960, p. 14).

As imagens da “carta de Vargas” e da “espada de Floriano”, associadas, respectivamente, a Jango e Lott, traziam à mente a carta-testamento do ex-presidente e o símbolo da campanha, que era uma espada, reforçando a ideia de que aquela candidatura representava uma continuidade do legado de Vargas e a garantia das conquistas sociais já alcançadas (CARLONI, 2010, p. 201).

Como já dito anteriormente, a Cartilha do Camponês ainda não reflete a radicalização das Ligas, que se intensificou em 1961. A orientação para os camponeses se unirem para eleger Lott é um aspecto que mostra isso, pois o movimento ainda acreditava que era possível alcançar a vitória sobre o latifúndio e a realização da reforma agrária por meio do exercício do voto em candidatos que defendessem esses interesses. Isto mudou quando o movimento se radicalizou. O documento “Bença, Mãe!”, que passaremos a analisar agora, reflete esse outro momento das Ligas. Conseqüentemente, nesse outro texto, a formação dos camponeses do movimento aparece com uma outra dinâmica.

5 O CONTEÚDO DO DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!”

Em 1963, dissensões internas e o crescimento do número de sindicatos controlados pelo PCB e pela Igreja Católica começaram a provocar uma profunda crise nas Ligas. Este era também o período em que o Estado brasileiro tentava colocar sob seu controle as lutas do campo, facilitando o processo de sindicalização rural, defendendo a reforma agrária e tomando medidas como a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a sanção do Estatuto da Terra (AZEVEDO, 1982, p. 78).

Os sindicatos e as Ligas passaram a rivalizar o controle do movimento social agrário. Porém, os sindicatos tinham uma força de atração maior, pois atendiam as reivindicações mais imediatas dos camponeses assalariados e, além disso, eram apoiados pelo governo, que

procurava neutralizar a proposta da reforma agrária radical, elaborada pelas Ligas. Segundo Santiago (2001, p. 44), as Ligas estavam “cercadas à direita e à esquerda”. Foi neste contexto que foi escrito e publicado o “Bença, Mãe!”. O documento foi publicado, pela primeira vez em 1963, no jornal A Liga. Depois lido publicamente num ato, em Recife (JULIÃO, 2009, p. 214).

Em seu conteúdo, o documento não faz uma oposição aos sindicatos, apesar das várias divergências ideológicas existentes entre a liderança das Ligas e as lideranças sindicais. De uma forma geral, orienta-se para que Ligas e sindicatos se completem, trabalhem em união. Mas, há vários trechos onde a luta das Ligas é apresentada como superior à luta dos sindicatos, revelando, assim, o clima de disputa pela hegemonia do movimento social agrário presente naquele momento. Também há registros claros da radicalização das Ligas, que já era um fato notório na época da produção do documento.

Da mesma forma que a Cartilha do Camponês, o documento “Bença, Mãe!” é dividido por parágrafos e não por títulos separando os assuntos. Tem também uma linguagem com usos de palavras, símbolos e imagens do mundo camponês. O próprio título do documento remete o leitor a uma expressão muito utilizada no Nordeste, sobretudo na zona rural, que indica o respeito e a submissão dos filhos à mãe.

A primeira observação que podemos fazer, baseando-se numa visão geral do “Bença, Mãe!” é que, como já dito anteriormente, não há um objetivo de opor as Ligas aos sindicatos. O parágrafo que inicia o documento revela que a orientação para que Ligas e sindicatos não se opusessem já tinha sido dada em outros textos formativos:

Temos dito e repetido: quem for da Liga entre para o sindicato, e quem entrar no sindicato, fique na Liga. Não é de agora que falamos isso. É de longe. Está no “Guia do Camponês”, no “ABC do Camponês”, na “Cartilha do Camponês”, na “Carta de Alforria do Camponês”. É só pegar e ler. (JULIÃO, 2009, p. 215).

Dos onze parágrafos do documento, oito (parágrafos 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 11) revelam a tentativa de apresentar as Ligas e os sindicatos como organizações que devem trabalhar unidas e se completarem, indicando que essa ideia tem maior centralidade no texto.

No seu depoimento ao CPDOC, Julião (1982, p. 104) afirma que o “Bença, Mãe!” fora pensado para “mobilizar as massas e demonstrar que não havia incompatibilidade entre a liga e o sindicato, nem com a cooperativa”. O documento revelava a proposta para que a sindicalização rural acontecesse diferentemente de como aconteceu a sindicalização dos

trabalhadores urbanos, que foi “controlada de tal forma que se formou o chamado peleguismo dentro dos sindicatos”.

Mesmo não opondo as Ligas aos sindicatos, o documento coloca o movimento numa posição superior a do sindicato. Esta ideia aparece logo no segundo parágrafo, quando as Ligas são representadas como a “mãe” do sindicato e este como “filho” que deve obedecer aos seus ensinamentos, devendo-lhe, inclusive, respeito, estendendo-lhe a mão diariamente para lhe dizer: “Bença, Mãe!” (JULIÃO, 2009, p. 216).

O documento também revela que, no momento de sua produção, a radicalização do movimento já estava em pleno vigor. Os sinais desta radicalização estão presentes nos parágrafos 3, 7 e em alguns dos conselhos dados por Julião no parágrafo 11.

Nos parágrafos 3 e 7, há duas menções à reforma agrária radical, que, como já vimos, foi a tese que as Ligas levaram para o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, no ano de 1961, e que foi vitoriosa sobre a tese do PCB, que pretendia uma reforma agrária por etapas. Como já vimos também, tratava-se de uma tese que se associava à forma como as Ligas defendiam a revolução brasileira, que, ao contrário do que pensava o PCB, deveria ocorrer como ocorreu em Cuba, sem a necessidade de passar por etapas que incluíssem acordos com as classes dominantes.

No parágrafo 3, Julião faz um breve relato da vitória da tese da reforma agrária radical no congresso de Belo Horizonte e descreve um diálogo entre um camponês de Jabotão e outro integrante do congresso, a quem ele chama de “gaiato”. Este teria perguntado ao camponês de Jabotão: “Você não acha que a gente deve fazer essa reforma agrária por etapas?” Ao que o camponês de Jabotão teria respondido: “Só vai na tapa!” (JULIÃO, 2009, p. 217).

A reforma agrária radical é mencionada novamente no parágrafo 7. Neste trecho, Julião diz que ela não é a reforma agrária de Jango, Juscelino ou Lacerda. Ressalta a palavra “radical”, colocando-a, no documento, em letras maiúsculas, para deixar claro que era uma reforma que se opunha a qualquer idéia de etapas ou acordos com as classes dominantes. Segundo o autor, era a única reforma que servia para o camponês e não seria realizada pela lei, mas “na marra” (JULIÃO, 2009, p. 219).

Observa-se, no referido parágrafo, uma mudança em relação ao método defendido na Cartilha do Camponês para se chegar à reforma agrária. Como vimos, a Cartilha do Camponês orienta os camponeses a exercerem pressões para a mudança de leis e utilizarem o voto como estratégias para se conseguir a reforma agrária. É feita, inclusive, uma campanha para a eleição de Jango para a Vice-Presidência da República, pois ele seria um candidato que

poderia contribuir com a realização da reforma agrária. Agora, no documento “Bença, Mãe!”, não se concebe a reforma agrária pela lei. Defende-se que ela seja feita à revelia da lei e de Jango que, no posto de presidente da República, também já não é visto mais como um aliado dela.

No parágrafo 11, a radicalização do movimento aparece em orientações para invasão de terras improdutivas, destruição de casas e lavouras de latifundiários que destruam casas e lavouras de camponeses, ataque ao gado dos latifundiários que coloquem gado no roçado de camponeses, matar capangas que assassinarem camponeses e compra de arma para usar como vingança contra os que matam os familiares de camponeses e os humilham cotidianamente. Todos os ataques aos latifundiários ou capangas são orientados para que aconteçam apenas no caso deles atacarem primeiro (JULIÃO, 2009, p. 221).

A utilização de expressões religiosas, citações bíblicas e de personagens do cristianismo também está presente no documento “Bença, Mãe!”, em seu parágrafo 11, onde o autor dá diversos conselhos aos camponeses. Em um trecho, Julião aconselha os camponeses a não acreditarem nos que dizem que o sofrimento na terra promoverá a salvação no céu, nem que o mundo é dividido entre pobres e ricos porque Deus quer. Para o autor, esse seria o discurso do latifúndio, da burguesia e do imperialismo, que querem manter os pobres sob seu jugo. Num outro momento, justifica a derrubada da casa e a destruição da lavoura do latifundiário como a aplicação da lei de Moisés: “olho por olho, dente por dente”. Mais adiante, diz que os que humilham camponeses e matam seus familiares e que, por isso, podem ser alvo da vingança camponesa, fazem essas atrocidades usando o nome de Jesus Cristo. Em seguida, aconselha os devotos do Padre Cícero ou de qualquer outro santo a realizarem os seus ritos religiosos, mas sem deixar de lado as suas obrigações seculares. Por fim, incentiva os camponeses que são chamados de comunistas a se orgulharem, pois com este título eles estão sendo identificados com Jesus, Amós, Santo Antão e todos os outros santos, que sempre defenderam a terra como propriedade de todos os seres humanos (JULIÃO, 2009, p. 220-224).

Quanto ao uso de expressões religiosas no documento “Bença, Mãe!”, podemos dizer que há mudanças em relação à Cartilha do Camponês, pois, naquele, Julião utiliza conceitos e personagens cristãos para também fundamentar ações radicais do movimento.

Vemos, então, que o conteúdo do documento “Bença, Mãe!” mostra uma mudança na dinâmica formativa dos camponeses das Ligas. O tom conciliador da Cartilha do Camponês sai de cena para a entrada de argumentos que se relacionam com uma radicalização do movimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ligas Camponesas foram também um lugar de educação, onde instrumentos, relações e processos foram desenvolvidos com a finalidade de construir saberes. Na década de 1960, quando o movimento ganhou novos contornos políticos e ideológicos em torno da reforma agrária e da revolução brasileira, a formação de seus integrantes foi um processo dinâmico, que se desenvolveu entre estratégias mais conciliatórias e reformistas para se chegar ao fim da opressão empreendida pelo latifúndio e outras que objetivavam a radicalização das ações.

A Cartilha do Camponês, com suas orientações para que a luta contra o latifúndio acontecesse pela união dos camponeses, pelo exercício do voto e pelas disputas judiciais, apontava para uma formação política que se baseava em estratégias não radicais. Já o documento “Bença, Mãe!”, com um conteúdo que falava também de união, mas que orientava os camponeses a vencer o latifúndio por meio da vingança, das armas e da violência, indicava uma formação política para a radicalização. Os dois textos educam de acordo com os contextos em que se encontram: a Cartilha em um momento em que o movimento se expandia e ainda dialogava com o reformismo do PCB; o “Bença, Mãe!” num período de rompimento com a tese de uma revolução brasileira a ser conquistada por etapas e em conciliações com setores progressistas da burguesia.

Num momento em que discutimos tanto uma possível perda da força dos movimentos sociais no Brasil, esperamos que as reflexões sobre a dinâmica da formação nas Ligas Camponesas nos ajudem a pensar que os movimentos, enquanto lugar de educação, sempre estarão mudando suas estratégias formativas, na medida em que mudam também seus contornos políticos e ideológicos.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. **Tempo de Arraes**: a revolução sem violência. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Trovadores bossa-nova**. In: CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott**: a opção das esquerdas. 2010 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: memórias políticas. Vol. 2. Recife: Guararapes, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JULIÃO, Francisco. **“Bença, Mãe!”**. In: JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Cartilha do Camponês**. CEHIBRA/Fundaj. Localização: FJ/PIp 5 doc. 40.

_____. **Francisco Julião**: depoimento 1977. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1982.

LAVILLE, Christian. & DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil: 1969. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil Volume 4**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAVIANI, Jayme. **Problemas da Filosofia da Educação**: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

SOUZA, João Francisco de. **E a filosofia da educação: quê?** A reflexão filosófica na educação como um saber pedagógico. Recife: NUPEP/UFPE: Edições Bagaço, 2006.

XAVIER, Wilson J. F. **As práticas educativas na Liga Camponesa de Sapé:** memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 – 1964). 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.